

ATA NÚMERO 214/XII (4.ª)

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 4 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

Apreciação do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS):

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014 — Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade:

Relatora: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, propondo a realização de audições no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social;

4. Pedido de audiência da Plataforma de Média Privados a fim de dar a conhecer a sua posição acerca do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social;

5. Outros assuntos.

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, deu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que solicitou o adiamento do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS) para a próxima reunião da Comissão, o que não mereceu oposição por parte de todos os Deputados presentes.

Não estando presente na sala a Deputada Relatora da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, o Senhor Presidente sugeriu à Comissão proceder desde logo à discussão e votação conjunta dos pontos 3 e 4, o que foi desde logo aceite por todos.

O Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) salientou que, tendo ficado decidido em reunião de Comissão do dia 22 de Janeiro de 2015 proceder à audição de diversas entidades no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª), o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de ouvir a ERC, a Associação Portuguesa de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas, o Professor Dr. Paulo Câmara e o Professor Dr. Manuel Pinto, não se opondo também a que seja feita a audiência da Plataforma de Média Privados, tal como solicitado.

A este propósito o Senhor Deputado João Ramos (PCP) disse que o Grupo Parlamentar do PCP propunha que fosse ouvido o Prof. Fernando Correia, da Universidade Lusófona.

Não havendo qualquer oposição, o Senhor Presidente referiu que todas estas audições se iniciariam a partir da próxima semana.

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu então a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), já presente na sala, que fez a apresentação do parecer sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014 — Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade, que pode ser consultado em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=38740>, tendo concluído que a definição de uma política de natalidade e sua promoção deve ser uma prioridade política abordada de uma forma global e tão transversal quanto possível a todas as comissões parlamentares; que a promoção da natalidade visa não apenas o aumento da taxa de fecundidade, mas também a construção de uma sociedade que se quer assente em princípios de solidariedade transgeracional, pelo que as políticas de natalidade devem ser definidas na abrangência da proteção das crianças e das famílias; que as políticas de promoção da natalidade devem ser definidas para além das necessárias alterações legislativas, na sensibilização e promoção da

alteração de comportamentos de cidadãos e empresas; e que, nesse sentido, se propunha a criação de uma «Campanha pela Natalidade», dinamizada pela 12.^a Comissão, no sentido de promover a alteração de comportamentos junto de cada interlocutor da sociedade, envolvendo os meios de comunicação, Governo e autarquias.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse nada ter contra o parecer apresentado, tendo apenas algumas reservas quanto à criação de uma «Campanha pela Natalidade», na medida em que a Comissão não tinha nem capacidade nem competência para a executar e, nesse sentido, sugeriu a sua transformação numa recomendação ao Governo ou, eventualmente, o seu envio aos grupos parlamentares para, querendo, apresentarem as iniciativas que entenderem.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) salientou que as conclusões do parecer não refletiam aquilo que foram as preocupações colocadas em torno do debate desta questão e daí o voto contra do seu grupo parlamentar.

Terminada a discussão deste ponto, foi o parecer submetido à votação, que foi aprovado, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do PSD, os votos contra do Grupo Parlamentar do PCP e a abstenção do Grupo Parlamentar do PS.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150218.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou eram 11 horas e 10 minutos.

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

Clara Marques Mendes

Isabel Oneto

Joana Barata Lopes

João Portugal

João Ramos

Maria da Conceição Caldeira

Paula Gonçalves

Paulo Almeida

Pedro Delgado Alves

Pedro Lynce

Rosa Arezes

Sandra Pontedeira

Sérgio Azevedo

Adelaide Canastro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Inês de Medeiros

Jacinto Serrão

Lídia Bulcão

Raúl de Almeida

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal

Cecília Honório

Mónica Ferro

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 25/02/2015.